

ATENÇÃO HOSPITALAR; SAÚDE DA FAMÍLIA; CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAIS

CONHECIMENTOS GERAIS

PROGRAMA

1. Atenção primária à saúde e Estratégia Saúde da Família.
2. Determinação social da saúde.
3. História das políticas de saúde no Brasil.
4. História do hospital.
5. Medicalização social.
6. O Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, M. R.; GOMES, R. M. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente/SP, v. 25, n. 1, p. 155-175, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2728>.
2. BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
3. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm.
4. CONILL, E. M. Ensaio histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: desafios para a organização de serviços básicos e da Estratégia Saúde da Família em centros urbanos no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. s7-s16, 2008. Supl. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001300002>.
5. LAURELL, A. C. **A saúde doença como processo social**. Disponível em: https://uniasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6126/mod_resource/content/1/Conteudo_on-line_2403/un01/pdf/Artigo_A_SAUDE-DOENCA.pdf.
6. MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, p. s143-s161, out. 2017. Supl. 2:e00129616. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00129616>.
7. ORNELLAS, C. P. Os hospitais: lugar de doentes e de outros personagens menos referenciados. **R. Bras. Enferm.** Brasília, v. 51, n. 2, p. 253-262, abr./jun. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71671998000200007>.
8. PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/o-que-e-o-sus-e-book-interativo>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATENÇÃO HOSPITALAR – ENFERMAGEM

PROGRAMA

1. Aspectos éticos e legais da atuação do profissional de enfermagem.
2. Assistência à saúde de adolescente, criança, recém-nascido, mulher e homem.
3. Assistência à saúde mental.
4. Assistência de enfermagem ao paciente adulto e idoso.
5. Assistência de enfermagem ao paciente clínico-cirúrgico.
6. Assistência de enfermagem ao paciente crítico.
7. Assistência de enfermagem ao paciente em situações de urgência e emergência.
8. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico.
9. Prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas.
10. Prevenção e tratamento de doenças transmissíveis.
11. Saúde do trabalhador.
12. Segurança do paciente.
13. Sistematização da assistência em enfermagem.
14. Tecnologias e assistência de enfermagem.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Brasília: Anvisa, 2017. (Caderno 4). Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/caderno-5>.
2. AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destques das atualizações direcionadas nas Diretrizes de 2019 da American Heart Association para Ressuscitação Cardiopulmonar e Atendimento Cardiovascular de Emergência**. Disponível em: <https://suportebasicodevida.com.br/wp-content/uploads/2019/11/up-date-2019-aha.pdf>.

3. BARROS, A. L. B. L. de *et al.* **Processo de enfermagem**: guia para a prática. São Paulo: COREN-SP, 2015. Disponível em: <http://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/SAE-web.pdf>.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019**. Vigilância Integrada de Síndromes Respiratórias Agudas Doença pelo Coronavírus 2019, Influenza e outros vírus respiratórios. Brasília: Ministério da Saúde, abr. 2020. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/07/GuiaDeVigiEpidemC19-v2.pdf>.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o uso de hemocomponentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/guia_uso_hemocomponentes_2ed.pdf.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de rotinas para atenção ao AVC**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 50 p.: il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/manual_rotinas_para_atencao_avc.pdf.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. **Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada**. 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 48 p.: il. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/manejo_clinico_covid-19_atencao_especializada.pdf.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia pós-exposição de risco à infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2015/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-profilaxia-pos-exposicao-pep-de-risco>.
9. BRUNNER & SUDDARTH. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica**. 13. ed. Tradução: Patricia Lydie Voeux. Revisão técnica: Sonia Regina de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
10. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 564, de 06 de novembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, DF: COFEN, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html.
11. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 569, de 19 de fevereiro de 2018**. Aprova o Regulamento Técnico da Atuação dos Profissionais de Enfermagem em Quimioterapia Antineoplásica. Brasília, DF: COFEN, 2018. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0569-2018_60766.html.
12. DUNCAN, B. B.; SCHIMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. e colaboradores. **Medicina ambulatorial**: condutas de atenção primária e baseadas em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2006.
13. FELDMAN, L. B. *et al.* **Uso seguro de medicamentos**: guia para preparo, administração e monitoramento. São Paulo: COREN-SP, 2017. Disponível em: <http://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/uso-seguro-medicamentos.pdf>.
14. FREITAS E. V.; PY L. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
15. GRAEF, J. W.; WOLFSDORF, J. I.; GREENES, D. S. **Manual de terapêutica pediátrica**. 7. ed. Tradução: Lúcia Campos Pellanda *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2010.
16. HERDMAN, H. T.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I**: definições e classificação 2018-2020. 11. ed. Tradução: Regina Machado Garcez. Porto Alegre: Artmed; 2016.
17. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Manual de biossegurança**. Belo Horizonte: IPSEMG, 2018.
18. KASPER, D. L. *et al.* **Medicina Interna de Harrison**. 19. ed. 2 Vol. Tradução: Ademar Valadares *et al.* Porto Alegre: AMGH, 2017.
19. MARZIALE, M. H. P. *et al.* **Cuidados no ambiente de assistência hospitalar ao paciente com suspeita ou diagnóstico de covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, mai. 2020. 62 p. Disponível em: http://conteudosdigitais.eerp.usp.br/covid19/cuidados_covid_ms_05_05_2020.pdf.
20. OGUISSO T., SCHIMIDT M. J. **O exercício da enfermagem**. Uma abordagem ético-legal. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
21. ORSHAN, S. A. **Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e dos recém-nascidos**. O cuidado ao longo da vida. Tradução: Ana Thorell, Celeste Inthy, Regina Machado Garces. Porto Alegre: Artmed, 2010.
22. POTTER, P. A. *et al.* **Fundamentos de enfermagem**. 9. ed. Tradução: Adilson Dias Salles, Andrea Adelcorso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
23. PRÉCOMA, D. B. *et al.* Atualização da diretriz de prevenção cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – 2019. **Arq Bras Cardiol**, v. 113, n. 4, p. 787-891, 2019. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2019/v11304/atualizacao-da-diretriz-de-prevencao-cardiovascular-da-sociedade-brasileira-de-cardiologia-2019.asp>.
24. REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE. **Estratégias para a segurança do paciente**: manual para profissionais da saúde. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/manual-seguranca-paciente/>.
25. ROCHA, R. M.; MARTINS, W. A. (ed.). **Manual de prevenção cardiovascular**. 1. ed. São Paulo: Planmark; SOCERJ - Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 2017. ISBN: 978-85-9525-003-1. Disponível em: https://socerj.org.br/antigo/wp-content/uploads/2017/05/Manual_de_Prevencao_Cardiovascular_SOCERJ.pdf.

ATENÇÃO HOSPITALAR – FARMÁCIA

PROGRAMA

1. Ciclo de assistência farmacêutica;
2. Farmácia Hospitalar (planejamento; missão e visão; área física; recursos humanos; recursos materiais e infraestrutura; gestão por processos; sistemas de distribuição de medicamentos e produtos para a saúde; atividades clínicas na farmácia hospitalar).
3. Farmacocinética clínica, farmacodinâmica e equivalência terapêutica.
4. Farmacoterapia básica em: infecções bacterianas; HIV-AIDS; hipertensão arterial sistêmica; diabetes mellitus; e doenças onco-hematológicas.
5. Política nacional de assistência farmacêutica (Brasil).
6. Política nacional de medicamentos (Brasil).
7. Saúde baseada em evidências.
8. Segurança no uso de medicamentos.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Boas Práticas de Manipulação de Antibióticos, Hormônios, Citostáticos e Substâncias Sujeitas a Controle Especial (Anexo III). *In: Resolução da Diretoria Colegiada nº 67, de 8 de outubro de 2007*. Aprova o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Brasília, DF: ANVISA, 2007. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-67-de-8-de-outubro-de-2007>.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Boas Práticas de Manipulação de Produtos Estéreis (Anexo IV). *In: Resolução da Diretoria Colegiada nº 67, de 8 de outubro de 2007*. Aprova o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Brasília, DF: ANVISA, 2007. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-67-de-8-de-outubro-de-2007>.
3. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Boas Práticas para Preparação de Dose Unitária e Unitarização de Doses de Medicamento em Serviços de Saúde (Anexo VI). *In: Resolução da Diretoria Colegiada nº 67, de 8 de outubro de 2007*. Aprova o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Brasília, DF: ANVISA, 2007. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-67-de-8-de-outubro-de-2007>.
4. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução da Diretoria Colegiada nº 220, de 21 de setembro de 2004**. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica. Brasília: ANVISA, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/rdc0220_21_09_2004.html.
5. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução da Diretoria Colegiada nº 36, de 25 de julho de 2013**. Institui ações para a promoção da segurança do paciente e a melhoria da qualidade nos serviços de saúde. Brasília, DF: ANVISA, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Anexo 03: Protocolo de Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; FIOCRUZ; FHEMIG, 2020. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Como iniciar. *In: Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. cap. 10, p. 93-100. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos>.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Falha ao tratamento antirretroviral. *In: Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. cap. 11, p. 103-114. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. TARV como prevenção. *In: Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. cap. 9, p. 89-91. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998**. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 1988. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 4.283, de 30 de dezembro de 2010**. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html.

12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529, de 1 de abril de 2013**. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html.
13. BRUNTON, L. L. *et al.* Agentes citotóxicos. *In: Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica*. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019. cap. 66, p. 1433-1477.
14. BRUNTON, L. L. *et al.* Princípios gerais da farmacoterapia do câncer. *In: Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica*. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019. cap. 65, p. 1425-1431.
15. BRUNTON, L. L. *et al.* Terapias direcionadas para vias como alvos moleculares: anticorpos monoclonais, inibidores de proteína-quinase e várias pequenas moléculas. *In: Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica*. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019. cap. 67, p. 1479-1521.
16. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 338, de 06 de maio 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html.
17. CORREA, R. A. *et al.* Antibioticoterapia na PAC: Recomendações para uso de monoterapia e terapia combinada. *In: Recomendações para o manejo da pneumonia adquirida na comunidade. Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 44, n. 5, p. 405-424, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1806-37562018000000130>.
18. CORREA, R. A. *et al.* Duração da antibioticoterapia para pacientes ambulatoriais e internados com PAC. *In: Recomendações para o manejo da pneumonia adquirida na comunidade. Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 44, n. 5, p. 405-424, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1806-37562018000000130>.
19. DIB, R. El. (org.). **Guia Prático de Medicina Baseada em Evidências**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: http://www.saudedireta.com.br/docsupload/142322951206_Guia_praticode_medicina_baseada_em_evidencias.pdf.
20. FAGÁ, A. C. F.; SCHIMIGUEL, D. M. P. **Dia a dia na Farmácia Hospitalar: ações, práticas e processos**. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2019.
21. FORTI, A. C. *et al.* (org. coord.). **Diretrizes Brasileiras de Diabetes 2019-2020**. Sociedade Brasileira de Diabetes: Editora Clannad, 2019. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>.
22. FREDERICO, M. P. *et al.* Noções sobre parâmetros farmacocinéticos/farmacodinâmicos e sua utilização na prática médica. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 15, n. 3, p. 201-205, jul-set 2017. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875537/sbcm_153_201-205.pdf.
23. FUCHS, F.D. Farmacocinética Clínica. *In: FUCHS, F.D. Farmacologia clínica e terapêutica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. cap. 9, p. 94-100.
24. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Parte II: Assistência Farmacêutica Hospitalar. *In: Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar*. 1. ed. São Paulo: Ed. Ateneu, 2001. cap. 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 29.
25. JULIANI, R. G.M. **Organização e funcionamento de Farmácia Hospitalar**. 1. ed. São Paulo: Editora Érica - Saraiva, 2014.
26. MALACHIAS, M. V. B. *et al.* 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. cap. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 107, n. 3, p. 1-43, set. 2016. Supl. 3. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf.
27. NOBRE, F. *et al.* 6ª Diretrizes de Monitorização da Pressão Arterial e 4ª Diretrizes de Monitorização Residencial da Pressão Arterial. (Parte 1: Introdução e conceitos básicos). **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 110, n. 5, p. 2-5, mai. 2018. Supl. 1. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2018/01_diretriz-mapa-e-mrpa.pdf.
28. NOBRE, F. *et al.* 6ª Diretrizes de Monitorização da Pressão Arterial e 4ª Diretrizes de Monitorização Residencial da Pressão Arterial. (Parte 3: Monitorização residencial da pressão arterial). **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 110, n. 5, p. 17-22, mai. 2018. Supl. 1. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2018/01_diretriz-mapa-e-mrpa.pdf.
29. NOBRE, M. R. C.; BERNARDO, W. M.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências: Parte III Avaliação crítica das informações de pesquisas clínicas. **Revista da Associação Médica Brasileira**. São Paulo, v. 50, n. 2, p. 221-228, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ramb/v50n2/20787.pdf>.
30. NOVAES, M. R. C. G. *et al.* Gestão por Processos. *In: Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde. Guia de Boas Práticas em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde – SBRAFH*. São Paulo: Ateliê Vide o Verso, 2009. cap. 6, p. 129-281.
31. PARANÁ. Secretaria da Saúde. Roteiro de Inspeção e Autoavaliação dos Itens Imprescindíveis - Farmácia. *In: Resolução nº 165, de 5 de maio de 2016*. Estabelece os requisitos de boas práticas para instalação e funcionamento de Estabelecimentos de Assistência Hospitalar no estado do Paraná. Curitiba, PR: Secretaria Estadual de Saúde, 2016. Anexo II, Seção II, Item 15, p. 29-32. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/165_16.pdf.
32. PARANÁ. Secretaria da Saúde. Roteiro de Inspeção e Autoavaliação dos Itens Necessários - Farmácia. *In: Resolução nº 165, de 5 de maio de 2016*. Estabelece os requisitos de boas práticas para instalação e funcionamento de Estabelecimentos de Assistência Hospitalar no estado do Paraná. Curitiba, PR: Secretaria Estadual de Saúde, 2016. Anexo III, Seção I, Item 15, p. 60-65. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/165_16.pdf.

33. PRIVATO, MB. *et al.* Biofármacos no Brasil: uma revisão do processo de regulamentação. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo**, v. 65, n. 1. Epub, mai. 2020. Disponível em: <http://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/602>.
34. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Posicionamento Oficial Sociedade Brasileira de Diabetes nº 01/2017**: Recomendações sobre o tratamento injetável do diabetes: insulinas e incretinas. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/posicionamento-oficial-sbd-01-2017.pdf>.
35. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Posicionamento Oficial Sociedade Brasileira de Diabetes nº 01/2019**: Conduta Terapêutica no Diabetes Tipo 2. Algoritmo SBD 2019. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/publico/images/pdf/sbd_dm2_2019_2.pdf.
36. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMACÊUTICOS EM ONCOLOGIA - SOBRAFO. **I Consenso Brasileiro para Boas Práticas de Preparo da Terapia Antineoplásica**. São Paulo: Segmento Farma, 2014. Disponível em: https://so-brafo.org.br/wp-content/uploads/2018/12/I_Consenso_Brasileiro_para_Boas_Praticas_de_Preparo_da_Terapia.pdf.
37. STORPIRTIS, S. *et al.* **Ciências Farmacêuticas: Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. Parte II: Capítulos 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22 e 30.
38. VARALLO, F.R.; MASTROIANNI, P.C. **Farmacovigilância da teoria à prática**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788539304158,farmacovigilancia>.
39. WANNMACHER, L. Infecções do trato respiratório. *In*: FUCHS, F.D. **Farmacologia clínica e terapêutica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. cap. 23, p. 314-321.
40. WANNMACHER, L. Infecções do trato urinário. *In*: FUCHS, F.D. **Farmacologia clínica e terapêutica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. cap. 24, p. 322-328.
41. WANNMACHER, L. Processos Farmacocinéticos. *In*: FUCHS, F.D. **Farmacologia clínica e terapêutica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. cap. 8, p. 80-93.

ATENÇÃO HOSPITALAR – FARMÁCIA BIOQUÍMICA

PROGRAMA

1. Aspectos clínicos e laboratoriais dos temas: hematologia, bacteriologia, virologia, parasitologia, micologia, bioquímica, sorologia.
2. Legislação aplicada a laboratórios de análise clínicas.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005**. Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos. Brasília: Ministério da Saúde; ANVISA, 2005. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_302_2005_COMP.pdf/7038e853-afae-4729-948b-ef6eb3931b19.
2. BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
3. BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
4. McPHERSON, R. A.; PINCUS, M. R.; HENRY, J. B. **Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry**. 21. ed. Manole: São Paulo, 2012. 1664 p.
5. RIFAI, N.; HORVATH, A. R.; WITTEWER, C. T. **Tietz textbook of clinical chemistry and molecular diagnostic**. 6. ed. Saunders: Philadelphia, 2018, 1888 p.
6. GREER, J. P. *et al.* **Wintrobe's. Clinical Hematology**. 13th ed. Philadelphia: Lippincott Williams e Wilkins, 2014.
7. HOFFBRAND, A. V.; PETTIT, J. E.; MOSS, P. A. H. **Fundamentos em Hematologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
8. JORGENSEN, J. H. *et al.* **Manual of Clinical Microbiology**. 11th ed. Washington, DC: ASM Press, 2015.
9. KONEMAN, E.W. **Diagnóstico microbiológico: texto e atlas colorido**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
10. MELMED, S.; POLONSKY, K. S.; LARSEN, P. R.; KRONENBERG, H. M. **Williams: Tratado de Endocrinologia**. 13. ed. Elsevier: Rio de Janeiro, 2017. 1936p.
11. NEVES, P. D. **Parasitologia Humana**. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
12. OPLUSTIL, C. P. *et al.* **Procedimentos básicos em Microbiologia Clínica**. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2010.
13. SANTOS, N. S. O.; ROMANOS, M. T. V.; WIGG, M. D. **Introdução à Virologia Humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
14. VABRET, N. *et al.* Immunology of COVID-19: Current State of the Science. **Immunity**, v. 52, n. 6, p. 910-941, Jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.immuni.2020.05.002>.

ATENÇÃO HOSPITALAR – FISIOTERAPIA

PROGRAMA

1. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em clínica pediátrica, cirurgia pediátrica, unidade de terapia intensiva neonatal e pediátrica, infectopediatria e emergência pediátrica.
2. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em unidade de terapia intensiva adulto, clínica e cirúrgica, e em centro de terapia semi-intensiva adulto.
3. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas unidades de internamento da neurologia, infectologia, ortopedia, neurocirurgia, clínica cirúrgica e clínica médica.
4. Avaliação e tratamento multidimensional do adulto/idoso e pediátrico, em todos os níveis de complexidade.
5. Modalidades de ventilação mecânica.

REFERÊNCIAS

1. FÓRUM DE DIRETRIZES BRASILEIRAS EM VENTILAÇÃO MECÂNICA. **Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica - 2013**. São Paulo: AMIB, 2013. Disponível em: <https://www.amib.org.br/informacao/diretrizes/>.
2. CASTILHO-WEINERT, L. V.; FORTI-BELLANI, C. D. (ed.). **Fisioterapia em Neuropediatria**. Curitiba: Omnipax, 2011. Disponível em: <http://omnipax.com.br/livros/2011/FNP/FNP-livro.pdf>.
3. DUTTON, M. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
4. GREVE, J. M. D. **Tratado de medicina de reabilitação**. São Paulo: Roca, 2007.
5. ISRAEL, V. L.; BERTOLDI, A. L. S. **Deficiência físico-motora: interface entre educação especial e repertório funcional**. Curitiba: IBPEX, 2010.
6. KISNER C.; COLBY, L. A. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Manole, 2009.
7. MAGEE, D. J. **Avaliação musculoesquelética**. 5. ed. São Paulo: Manole, 2010.
8. MOURA de, E. W; LIMA, E.; BORGES, D.; CAMPOS E SILVA, P. A. **Fisioterapia: aspectos clínicos e práticos da reabilitação**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2010.
9. REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. **Fisioterapia geriátrica: a prática da assistência ao idoso**. São Paulo: Manole, 2004.
10. SARMENTO, G. J. V. **Princípios e práticas de ventilação mecânica**. São Paulo: Manole, 2010.

ATENÇÃO HOSPITALAR – NUTRIÇÃO

PROGRAMA

1. Cuidados nutricionais no câncer, no transplante de medula óssea, nas doenças infectocontagiosas, nas doenças pulmonares, nas doenças reumáticas e nas doenças do trato digestório de órgãos anexos.
2. Diagnóstico e avaliação nutricional.
3. Nutrição: digestão e absorção de nutrientes.
4. Terapia nutricional em: hipertensão arterial sistêmica; dislipidemia; doença arterial coronária crônica; insuficiência cardíaca; obesidade e síndrome metabólica; diabetes mellitus; doença cerebrovascular; doenças renais e cirurgias.
5. Terapia nutricional enteral e parenteral.
6. Terapia Nutricional no Envelhecimento/Idoso.
7. Terapia nutricional no paciente crítico.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (Covid-19) na Atenção Primária à Saúde - Versão 7**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, abr. 2020. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202004/14140606-4-ms-protocolomanejo-aps-ver07abril.pdf>.
2. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Consenso nacional de nutrição oncológica: paciente pediátrico oncológico**. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
3. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Consenso nacional de nutrição oncológica**. 2. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: INCA, 2015.
4. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Consenso nacional de nutrição oncológica: Vol. II**. 2. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016.
5. CASTRO, M. G. *et al.* Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional no Paciente Grave. **BRASPEN Journal**, v. 33, n. 1, p. 2-36, 2018. Supl. 1. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/a8daef_179b767616c245feb24db9e1e7cfbc69.pdf?dn=Diten+2018+completo.pdf.
6. FALUDI, A. A. *et al.* Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 109, n. 2, ago. 2017. Supl. 1. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/02_DIRETRIZ_DE_DISLIPIDEMIAS.pdf.
7. FIDELIX, M. S. P. (org.). **Manual Orientativo do Cuidado de Nutrição**. Associação Brasileira de Nutrição, 2014. Disponível em: <https://www.asbran.org.br/storage/downloads/files/2019/08/sicnut.pdf>.
8. FORTI, A. C. *et al.* (org. coord.). **Diretrizes Brasileiras de Diabetes 2019-2020**. Sociedade Brasileira de Diabetes: Editora Clannad, 2019. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>.

9. GONÇALVES, T. J. M. *et al.* Diretriz Braspen de Terapia Nutricional no Envelhecimento. **BRASPEN Journal**, v. 34, p. 2-58, 2019. Supl. 3. Disponível em: <https://nutritotal.com.br/pro/wp-content/uploads/sites/3/2019/11/Material-1-diretriz-TN-no-envelhecimento.pdf>.
10. HORIE, L. M. *et al.* Diretriz Braspen de Terapia Nutricional no Paciente com Câncer. **BRASPEN Journal**, v. 34, p. 2-31, 2019. Supl. 1. Disponível em: <https://nutritotal.com.br/pro/wp-content/uploads/sites/3/2019/07/Ditem-2019-separata-grafica.pdf>.
11. LIMA, S. C. V. C. (org.). **Terapia nutricional para prevenção, tratamento e reabilitação de indivíduos com COVID-19**. Natal, RN: EDUFRN, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29246>.
12. MAHAN, K. L.; RAYMOND, J. L. **Krause - Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 14. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
13. MUSSOI, T. D. **Avaliação Nutricional na prática clínica: da gestação ao envelhecimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 313 p.
14. OLIVEIRA, A. M., SILVA, F. M. **Dietoterapia nas doenças do adulto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2018. 472 p.
15. MALACHIAS, M. V. B. *et al.* 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 107, n. 3, set. 2016. Supl. 3. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf.
16. ROHDE, L. E. *et al.* (coord.). Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 111, n. 3, p. 436-539, 2018. DOI: 10.5935/abc.20180190. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2018/v11103/pdf/11103021.pdf>.
17. ROSS, A.C. *et al.* **Nutrição moderna de Shils na saúde e na doença**. 11. ed. Manole, 2016.
18. SANTOS, R. D. 1ª Diretriz sobre consumo de gorduras e saúde cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. Rio de Janeiro: SBC, v. 100, n. 1, 2013. Supl. 3. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Gordura.asp.
19. WAITZBERG, D. **Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na prática clínica**. 5. ed. Atheneu, 2017.

ATENÇÃO HOSPITALAR – ODONTOLOGIA

PROGRAMA

1. Assistência odontológica no pré, trans e pós transplante de medula óssea e quimioterapia antineoplásica.
2. Câncer bucal e da região de cabeça e pescoço.
3. Estomatologia.
4. Exames hematológicos.
5. Falência medular.
6. Manejo odontológico do paciente com discrasias sanguíneas.
7. Manejo odontológico do paciente oncológico.
8. Manifestações bucais de doenças sistêmicas.
9. Neoplasias hematológicas.
10. Odontologia em Unidade de Terapia Intensiva.

REFERÊNCIAS

1. DORO, M. P.; PELAEZ, J. M.; WENTH, R. C. **Onco-Hemato-Transplante**. O Caminhar Interdisciplinar: Livro 1. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
2. CAWSON, R. A.; ODELL, E. W. **Cawsons – Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral**. 8. ed. Santos Editora, 2013.
3. LITTLE, J. W.; FALACE, D. A.; MILLER, C. S.; RHODUS, N. L. **Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
4. MARCUCCI G. **Fundamentos de Odontologia: Estomatologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
5. NEVILLE, B.; BOUQUOT, J. E.; DAMM, D. D.; ALLEN, C. M. **Patologia Oral e Maxilofacial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Medicina Nacional, 2009.
6. PICCIANI, B. L. S.; SANTOS, P. S. da S.; SOARES JUNIOR, L. A. V.; SANTOS, B. M. dos. **Diretrizes para atendimento odontológico de pacientes sistemicamente comprometidos**. São Paulo: Quintessence, 2019.

ATENÇÃO HOSPITALAR – PSICOLOGIA

PROGRAMA

1. Ética profissional.
2. Pesquisa em psicologia.
3. Psicanálise.
4. Psicologia hospitalar.
5. Saúde mental.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Orientações às/aos Psicólogas/os Hospitalares. Coordenação: Débora da Silva Noal e Fabiana Damásio. Brasília, Fiocruz, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/cartilha_psicologos_hospitalares.pdf.
2. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos **Diário Oficial da União**, seção 1: Poder Executivo, Brasília, DF, n. 112, p. 59-62, 13 jun. 2013.
3. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 mai. 2016.
4. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
5. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (Paraná). **Nota Técnica CRP-PR nº 02/2020, de 14 de abril de 2020**. Orienta a(o) Psicóloga(o) sobre atuação nas políticas públicas de saúde e assistência social, diante da pandemia do COVID-19. Curitiba: CRP, 2020. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/04/Nota-T%C3%A9cnica-CRP-PR-002-2020-Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-e-COVID19.pdf>.
6. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (Paraná). **Resolução nº 05/2007, de 28 de setembro de 2007**. Institui as normas para preenchimento de prontuários pelos psicólogos dos serviços de saúde. Curitiba: CRP, 2007. Disponível em: <https://crpr.org.br/wp-content/uploads/2019/03/RES005-07-Prontuarios.pdf>.
7. FREUD, S. A interpretação dos sonhos *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. V, cap. VII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
8. FREUD, S. Tratamento psíquico (ou mental). *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
9. FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
10. FREUD, S. Sobre as teorias sexuais das crianças *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. IX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
11. FREUD, S. A Dinâmica da Transferência. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
12. FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
13. FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
14. FREUD, S. Sobre o Início do Tratamento. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
15. FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
16. FREUD, S. Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
17. FREUD, S. Psicologia de grupo de a análise do ego. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
18. FREUD, S. A perda da realidade na neurose e na psicose. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
19. FREUD, S. Neurose e psicose. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
20. FREUD, S. O ego e o id. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
21. FREUD, S. O problema econômico do masoquismo. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**: Vol. XIX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
22. LAZZARETTI, C.T. *et al.* **Manual de Psicologia Hospitalar**. 21 ed. Curitiba: Unificado, 2007. (Coletânea Conexão Psi - Série Técnica. Caderno de Psicologia Hospitalar CRP 08). Disponível em: crpr.org.br/cadernos-tematicos/.
23. MORETTO, M. L. **O que pode um analista no hospital?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
24. MORETTO, M. L. T. e PRISZKULNIK, L. Sobre a inserção e o lugar do psicanalista na equipe de saúde. **Tempo Psicanalítico**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2 [citado 2018-08-15], p. 287-298, dez. 2014. ISSN 2316-6576. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200007&lng=pt&nrm=iso.
25. OLIVEIRA, H.M. e HANKE, B.C. Adolescer na Contemporaneidade: Uma Crise dentro da Crise. **Ágora**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2 mai./ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-44142017002001>.
26. RUFFINO, R. Fragmentos em torno da epopeia do sujeito sob a operação do adolescente. *In*: CORRÊA, A. I. (org.). **Mais tarde... é agora!** Ensaios sobre a adolescência. Salvador: Ágalma - Psicanálise, 2004.
27. SILVA, D. Q. A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 39, p. 37-46, jul. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n39/n39a04.pdf>.

28. TEIXEIRA, A.; CALDAS, H. **Psicopatologia Lacaniana**. Rio de Janeiro: Ed. Autêntica, 2017. cap. 1 e 2.
29. ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC, 2013.

ATENÇÃO HOSPITALAR – SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA

1. A pandemia do COVID-19.
2. Código de Ética e a Lei de regulamentação da profissão.
3. Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Estatuto do Idoso.
5. Fundamentos do Serviço Social.
6. Gestão e controle social.
7. O Trabalho do Assistente Social.
8. O trabalho multiprofissional.
9. Os instrumentais técnico-operativos.
10. Política de Saúde: Sistema Único de Saúde – SUS.
11. Política Nacional sobre drogas.
12. Política Social.
13. Residência multiprofissional em Serviço Social.
14. Serviço Social e Saúde.
15. Violência contra mulher, idoso, criança e adolescente.

REFERÊNCIAS

1. BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (org.). São Paulo: Cortez, 2012.
2. BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica/ Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.
3. BRASIL. **Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm.
4. BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.
5. BRASIL. **Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019**. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) em relação à aplicação e ao registro de medida protetiva de urgência. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13827.htm.
6. BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
7. BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm.
8. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm.
9. BRASIL. **Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm.
10. BRASIL. **Resolução nº 03, de 27 de outubro de 2005**. Aprova a Política Nacional sobre drogas. Brasília, DF: CONAD. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm.
11. BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. de. Participação popular e controle social na saúde. *In*: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. de (org.). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde Estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. p. 29-33. Disponível em: https://www.adufrj.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf.
12. CISLAGHI, J. F. Hospitais Universitários Federais e Novos Modelos de Gestão: faces da contrarreforma do Estado no Brasil. *In*: BRAVO, M.; MENEZES, J. S. B. de (org.). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. p. 56-63. Disponível em: https://www.adufrj.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf.
13. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org.). **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário Penitenciário e na Previdência Social**. São Paulo: Cortez, 2003.
14. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

15. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: CFESS/CRESS, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf.
16. CORREA, M. V. C. Controle Social na Saúde. In: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. ABEPSS/OPAS, 2006. Parte 1, item 6, p. 1-29. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-6.pdf.
17. IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 128, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n128/0101-6628-ssoc-128-0013.pdf>.
18. MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social e Sociedade**, n.107, p. 497-508, jul./set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300007>.
19. MATOS, M. C. de. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>.
20. MONTEIRO, F. de O. Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. **Serviço Social e Sociedade**, n. 103, p. 476-502, jul./set. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300005>.
21. SILVA, L. B. Residência Multiprofissional em saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 21, n.1., p. 200-209, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v21n1/1414-4980-rk-21-01-00200.pdf>.
22. SODRÉ, F. O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde: tradução, vínculo e acolhimento. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 117, p. 69-83, jan./mai. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/05.pdf>.
23. VASCONCELOS, A. M. de. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. In: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. ABEPSS/OPAS, 2006. Parte 2, Item 5, p. 1-32. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-5.pdf.

ATENÇÃO HOSPITALAR – TERAPIA OCUPACIONAL

PROGRAMA

1. A atuação do Terapeuta Ocupacional em contexto hospitalar nas condições clínicas predominantes nas áreas de clínica cirúrgica, clínica médica, hematologia, infectologia, neurologia, oncologia e saúde da mulher, interconsulta de terapia ocupacional.
2. As transformações do cotidiano e as reações psicossociais aos processos de adoecimento e hospitalização.
3. Cuidados paliativos.
4. Equipe multiprofissional em contextos Hospitalares.
5. Ética e regulamentação profissional.
6. Fundamentos da Terapia Ocupacional.
7. Modelos e abordagens da Terapia Ocupacional.
8. Morte, luto e perdas.
9. O adolescente, o adulto e o idoso, sua família e a hospitalização.
10. Prevenção de infecção hospitalar e segurança do paciente.
11. Processo de Terapia Ocupacional (avaliação, objetivos, estratégias e recursos terapêuticos, reavaliação, alta e encaminhamentos).
12. Programas de Humanização e Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

1. ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL - AOTA. Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo. 3. ed. Tradução: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 6, p. 1-49, jan./abr. 2015. Edição especial. Título original: Occupational therapy practice framework: Domain and process. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/issue/download/7332/287>.
2. BERNARDO, L. D.; RAYMUNDO, T. M. (org.). **Terapia Ocupacional e Gerontologia**. Curitiba: Appris, 2018. cap. 6 ao 35.
3. CREPEAU, E. B, COHN, E. S., SCHELL, B. A. B. (ed.). **Willard & Spackman Terapia Ocupacional**. 11. ed. Tradução: Antonio Francisco Dieb Paulo et al. Revisão técnica: Eliane Ferreira. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Unidade XV, cap. 4, 5, 6, 7, 8, 9, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61.
4. BOTEGA, N. J. (org.). **Prática psiquiátrica no hospital geral: Inter consulta e emergência**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. cap. 3, 4, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 29, 30, 32, 36, 37, 39.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS - Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf.

6. CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (org.). **Terapia Ocupacional** – Fundamentação & Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. cap. 5, 6, 9, 10, 12, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 55, 56.
7. DE CARLO, M. M. R. P.; LUZO, M. C. M. **Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares**. São Paulo: Roca, 2004. cap. 1, 4, 5, 6, 10, 12, 13.
8. DE CARLO, M. M. R. P.; QUEIROZ, M. E. G. **Dor e Cuidados Paliativos: Terapia Ocupacional e Interdisciplinaridade**. São Paulo: Roca, 2008.
9. DE CARLO, M.; KUDO, A. (org.). **Terapia Ocupacional em contextos hospitalares e cuidados paliativos**. São Paulo: Editora Payá, 2018.
10. GONÇALO, T.; NASCIMENTO, J. S.; BOMBARDA, T. B.; ESPALENZA, G. V.; RODRIGUES, E. A. A.; FERREIRA, A. P.; SANTOS, A. R. **Terapia Ocupacional em Cuidados Paliativos na COVID-19**. São Paulo: Academia Nacional de Cuidados paliativos, 2020. Disponível em: <https://paliativo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/TO-CP-COVID19.pdf>.
11. HAGEDORN, R. **Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional**. Tradução: José Batista. Rev. Técnica: Selma Lacman. São Paulo: Dynamis Editorial, 1999.
12. HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: uma abordagem estruturada aos conhecimentos e processos centrais**. Tradução: Melissa Ticko Muramoto. São Paulo: Roca, 2007. cap. 2, 11, 13, 14.
13. OTHERO, M. B. T. **Terapia Ocupacional: práticas em oncologia**. São Paulo: Roca, 2010.
14. SILVA D. B. Terapia Ocupacional, cotidiano e pandemia COVID-19: inquietações acerca do ocupar o tempo-espaço. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 529-553. 2020. Supl. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/34489>.

SAÚDE DA FAMÍLIA – ENFERMAGEM

PROGRAMA

1. Atenção à saúde da criança e do adolescente.
2. Atenção à saúde da mulher.
3. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais.
4. Atenção à saúde do adulto.
5. Atenção à saúde do idoso.
6. Atenção em saúde mental.
7. Ética e bioética aplicada à enfermagem.
8. Gerenciamento de enfermagem.
9. Intervenções básicas em urgência e emergências.
10. Lei do Exercício Profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
11. Normas e práticas de biossegurança.
12. Procedimentos de enfermagem.
13. Processo de enfermagem.
14. Processo de trabalho na Atenção Básica.
15. Programa Nacional de Imunização, Calendário vacinal e cuidados na conservação dos imunobiológicos.
16. Segurança do paciente.
17. Vigilâncias em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador).

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Brasília: Anvisa, 2017.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Pacientes pela segurança do paciente em serviços de saúde: Como posso contribuir para aumentar a segurança do paciente? Orientações aos pacientes, familiares e acompanhantes**. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3507912/Como+posso+contribuir%20+para+aumentar+a+seguran%C3%A7a+do+paciente/52efbd76-b692-4b0e-8b70-6567e532a716>.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília: CFM/ABP, 2014. Disponível em: https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/suicidio_informado_para_prevenir_abp_2014.pdf.
4. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde: Parte 1**. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5, I). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf.
5. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde: Parte 2**. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. ISBN 978-85-334-2162-2. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Gestante**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/01/Caderneta-Gest-Internet.pdf>.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Carta5.pdf>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013**. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 62 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos -Caderno nº 4). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Informe 3: Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203_13_04_16.pdf.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 104, p.: il. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_366915019.pdf.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança**: orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.: il. ISBN 978-85-334-2596-5. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/pnaisc/>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 318 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, nº 32). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 13). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Doenças respiratórias crônicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 160 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 25). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_respiratorias_cronicas.pdf.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_diabetes_mellitus.pdf.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf.
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 38). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf.
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 72 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**: Vol. 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica; nº 23). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf.

26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 156 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf.
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.: il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf.
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 176 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf.
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf.
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva (SE); Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES); Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS); Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS); Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE); Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). **Orientações para o manejo de pacientes com COVID-19**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://saude.gov.br/images/pdf/2020/June/17/Covid19-Orienta----esManejoPacientes.pdf>.
33. BRASIL. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40p.: il. ISBN 978-85-334-2130-1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf.
34. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/>.
35. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Decreto nº 94.406/87, de 08 de junho de 1987**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, DF: COFEN, 1987. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html.
36. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Brasília, DF: COFEN, 1986. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html.
37. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 358, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, DF: COFEN, 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html.
38. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 564, de 06 de novembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, DF: COFEN, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html.
39. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 634, de 26 de março de 2020**. Autoriza e normatiza, “ad referendum” do Plenário do Cofen, a teleconsulta de enfermagem como forma de combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), mediante consultas, esclarecimentos, encaminhamentos e orientações com uso de meios tecnológicos, e dá outras providências. Brasília, DF: COFEN, 2020. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0634-2020_78344.html.
40. FELDMANN, J; GOLDWASSER G. P. Eletrocardiograma: recomendações para sua interpretação. **Revista da SO-CERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, out./nov./dez. 2004. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socjerj/revista/2004_04/a2004_v17_n04_art03.pdf.
41. FORTI, A. C. *et al.* (org.). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. São Paulo: Editora Clannad, 2018. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>.
42. HOCKENBERRY, M.; WONG, W. D. **Fundamentos de Enfermagem Pediátrica**. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
43. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (Brasil). Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. **Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho**. Rio de Janeiro: INCA, 2012. 187 p. ISBN 978-85-7318-195-1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf.
44. KURCGANT, P. *et al.* (coord.). **Gerenciamento em Enfermagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

45. MALACHIAS, M. V. B. *et al.* 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 107, n. 3, 2016. Supl. 3. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf.
46. NAEMT & ACS. **Prehospital Trauma Life Support** (PHTLS) atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2018.
47. OGUISSO, T; SCHMIT, M. J. **O exercício da enfermagem**: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTR, 2011.
48. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Descontaminação e reprocessamento de produtos para saúde em instituições de assistência à saúde**. 2016. ISBN 978 92 4 154985 1.
49. POTTER, P. A; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
50. WILKINSON, J. M; LEUVEN, K. **Fundamentos de Enfermagem**. São Paulo. Editora Rocca, 2010.

SAÚDE DA FAMÍLIA – FARMÁCIA

PROGRAMA

1. Assistência Farmacêutica.
2. Cálculos farmacêuticos.
3. Cuidado Farmacêutico.
4. Farmacoeconomia.
5. Farmacoepidemiologia.
6. Farmacologia: sistema cardiovascular, sistema endócrino, sistema nervoso central, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e AIDS.
7. Farmacovigilância.
8. Formas farmacêuticas e biodisponibilidade.
9. Interpretação clínica de exames laboratoriais.
10. Legislação Profissional.
11. Legislação Sanitária.
12. Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
13. Política Nacional de Atenção Primária à Saúde.
14. Política Nacional de Medicamentos.
15. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
16. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Farmacopeia Brasileira**: Vol. 1. 6. ed. Brasília: ANVISA, 2019. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeia-brasileira>.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Farmacopeia Homeopática Brasileira**. 3. ed. Brasília: ANVISA, 2011. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeia-homeopatica>.
3. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007**. Dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias. Brasília: ANVISA, 2007. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-67-de-8-de-outubro-de-2007>.
4. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009**. Dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-44-2009>.
5. ALMEIDA FILHO, N; BARRETO, M. L. **Epidemiologia & Saúde**. Fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
6. ANSEL, H. C.; POPOVICH, N; ALLEN, L. V. J. **Farmacotécnica**: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6. ed. São Paulo: Premier, 2000.
7. ANSEL, H. C., STOKLOSA, M. J. **Cálculos farmacêuticos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
8. AULTON, M. E. **Delineamento de formas farmacêuticas**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
9. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia básica**. OMS 2006. 2 ed. São Paulo: Santos, 2010.
10. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência farmacêutica no SUS**. Brasília: CONASS, 2011.
11. BRASIL. **Decreto nº 85.878, de 7 de abril de 1981**. Estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85878.htm.
12. BRASIL. **Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006**. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm.
13. BRASIL. **Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960**. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3820.htm.

14. BRASIL. **Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm.
15. BRASIL. **Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.** Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm.
16. BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
17. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm.
18. BRASIL. **Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.** Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm.
19. BRASIL. **Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.** Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm.
20. BRASIL. **Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014.** Dispõe sobre o exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. **Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados.** Brasília: OMS/OPAS/Ministério da Saúde, 2005.
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004.** Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html.
23. BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998.** Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006.** Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016.** Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html.
26. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **HIV/AIDS, hepatites e outras DST.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas Farmacêuticas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf).** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS: orientações básicas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998.** Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html.

34. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (Brasil). **Programa de suporte ao cuidado farmacêutico na atenção à saúde:** PROFAR. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 76p. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/_PROFAR_kit_Livro_corrigido.pdf.
35. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (Brasil). **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade:** contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 200p. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf.
36. CUÉLLAR, L. M.; GINSBURG, D. B. **Preceptor's handbook for pharmacists**. Bethesda: ASHP, 2009.
37. FERREIRA, A. O. **Guia prático da farmácia magistral:** Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Pharmabooks, 2008.
38. FONTES, O. L.; CESAR, A. de T.; CHAUD, M. V.; TEIXEIRA, M. Z.; KISHI, M. A.; AMORIM, V. O. **Farmácia homeopática** teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009.
39. FORTI, A. C. *et al.* (org. coord.). Diretrizes Brasileiras de Diabetes 2019-2020. Sociedade Brasileira de Diabetes: Editora Clannad, 2019. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>.
40. GENNARO, A. R. **Remington – a ciência e a prática da farmácia**. 20 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
41. HARDMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. **Goodman & Gilman** As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11. ed. McGraw Hill, 2006.
42. IVAMA, A. M.; NOBLAT, L.; CASTRO, M. S.; OLIVEIRA, N. V. B. V.; JARAMILLO, N. M.; RECH, N. **Consenso Brasileiro de Saúde Atenção Farmacêutica:** proposta. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. 24 p. ISBN 85-87 943-12-X. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf>.
43. LEITE, S. N. *et al.* (org.). **Gestão da assistência farmacêutica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 160 p.: il., graf., tabs. (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica; v. 2). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187550/2-%20Gest%C3%A3o%20da%20assist%C3%A2ncia%20farmac%C3%AAutica%20e-book.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
44. MALACHIAS MVB. *et al.* 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 7, n. 3, set. 2016. (Cap. 1 ao 7). Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf.
45. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **A Importância da Farmacovigilância:** monitorização da segurança de medicamentos. OPAS, 2005.
46. RANG, H. P. *et al.* **Farmacologia**. 6. ed. Elsevier, 2007.
47. RIBEIRO, R. A. *et al.* Diretriz metodológica para estudos de avaliação econômica de tecnologias em saúde no Brasil. **J Bras Econ Saúde**, v. 8, n. 3, p. 174-184, 2016.
48. SILVA, P. **Farmacologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
49. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Posicionamento Oficial SBD nº 01/2019 - Conduta Terapêutica no Diabetes Tipo 2:** Algoritmo SBD 2019. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/publico/imagens/pdf/sbd_dm2_2019_2.pdf.

SAÚDE DA FAMÍLIA – MEDICINA VETERINÁRIA

PROGRAMA

1. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na área de alimentos.
2. Boas práticas de fabricação.
3. Doenças transmitidas por alimentos.
4. Epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias.
5. Microbiologia de alimentos.
6. Riscos ambientais nos ambientes de trabalho.
7. Segurança dos alimentos.
8. Vigilância da qualidade da água e resíduos sólidos.
9. Vigilância sanitária de alimentos.
10. Vigilância, monitoramento e prevenção de zoonoses.
11. Zoonoses de importância em saúde pública.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04, de 30 de janeiro de 2020** (atualizada em 08/05/2020). Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas/item/nota-tecnica>.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Brasília: ANVISA, 2004. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/27436>.
3. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. Brasília: ANVISA, 2018. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/371442>.

4. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002**. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados e a lista de verificação de boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos. Brasília: ANVISA, 2002. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/27002>.
5. BLAHA, T. **Epidemiologia especial veterinária**. Zaragoza: Ed. Acribia, 1995.
6. BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a política nacional de resíduos sólidos. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.
7. BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Trabalho. **Normas Regulamentadora NR 32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde**, de 16 de novembro de 2005, última atualização em 31/07/19. Disponível em: https://enit.trabalho.gov.br/portal/images/Arquivos_SST/SST_NR/NR-32.pdf.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de controle de roedores**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_roedores1.pdf.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde: Funasa, 2015. 642 p. ISBN 978-85-7346-049-0. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/Mnl_Saneamento.pdf/ae1d4eb7-afe8-4e70-ae9a-0d2ae24b59ea.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**: volume único. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 740 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses**: normas técnicas e operacionais. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017**. Consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do SUS. Anexo XX: Do controle e da vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade (origem PRT MS/GM 2914/2011). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias**: guia de bolso. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 444 p.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 158 p.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Normas técnicas de profilaxia da raiva humana**. 1. ed. revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 42 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf.
17. FAO/WHO - Food Standards. **CODEX Alimentarius**. (Versão Portuguesa CAC/RCP 1-1969 Rev. 4 – 2003). 56p. Disponível em: https://www.actionlive.pt/docs/actionalimentar/codex_alimentarius_VersaoPortuguesa_2003.pdf.
18. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
19. MACHADO, R. **Manual de rotulagem de alimentos**. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2015. 24 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/142308/1/DOC-119.pdf>.
20. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Higiene dos Alimentos – Textos Básicos**. Organização Pan-Americana da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Food and Agriculture Organization of the United Nations. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006. 64 p. ISBN 85-87943-47-2. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/4268>.
21. PARANÁ. Secretaria da Saúde. **Resolução nº 748, de 17 de dezembro de 2014**. Anexo I, alterado pela Resolução SESA nº 292/2015 em 23/07/2015. Dispõe sobre a rotulagem de produtos hortícolas in natura a granel e embalados, comercializados no Estado do Paraná. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/resolucaoesan748modificada2922015.pdf.
22. PEREIRA, M. G. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1995.
23. RAMOS MARINS, B. *et al.* **Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária**: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. 288 p. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/seguranca_alimentar_vigilancia_0.pdf.
24. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia em saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
25. THRUSFIELD, M. **Epidemiologia veterinária**. Zaragoza: Ed. Acribia, 1990.
26. TOMA, B. *et al.* **Epidemiologia aplicada à luta colectiva contra as principais doenças animais transmissíveis**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SAÚDE DA FAMÍLIA – NUTRIÇÃO

PROGRAMA

1. COVID-19 e Segurança Alimentar e Nutricional.
2. Diagnóstico nutricional individual e de coletividade.

3. Doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Básica.
4. Educação alimentar e nutricional.
5. Nutrição e Promoção da Saúde.
6. Nutrição materno infantil.
7. Políticas, Programas e Ações Públicas de Alimentação e Nutrição.
8. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN.
9. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

REFERÊNCIAS

1. BEZERRA, J. A. B. **Educação alimentar e nutricional**: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
2. BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm.
3. BRASIL. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018**, consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendizado, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm.
4. BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm.
5. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cuidados em terapia nutricional**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF**: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35).
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 38).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. 1 reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde**: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.: il. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN**. Brasília: Editora MS, 2013.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica nº. 23).
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33).
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 40 p.: il. ISBN 978-85-334-2670-2. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção à Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

19. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
20. BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva** [online], vol.5, n.1, p.163-177, 2000.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** - PLANSAN 2016-2019. Revisado. Brasília, DF: MDS, CAISAN, 2018.
22. CONSELHO FEDERAL DO NUTRICIONISTA (Brasil). **Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018**. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Brasília, DF: CFN, 2018. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_599_2018.htm.
23. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília, novembro de 2009.
24. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: CONSEA, 2004.
25. FIAN-INTERNACIONAL. **Impacto da Covid-19 na Realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas** - Relatório preliminar de monitoramento. Tradução: Flavio Valente. Revisão da tradução: FIAN Brasil. FIAN Internacional, abril de 2020. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/impacto-da-covid-19-na-realizacao-do-direito-humano-a-alimentacao-e-a-nutricao-adequadas-relatorio-preliminar-de-monitoramento/>.
26. INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (org. e trad.). **A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas** - Relatório da Comissão *The Lancet*. São Paulo: IDEC, 2019. Disponível em: https://alimentando-politicas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf.
27. GEUS, L. M. M. de; MACIEL, C. S.; BURDA I. C. A.; DAROS S. J.; BATISTEL S.; MARTINS, T. C. A.; FERREIRA V. A.; DITTERICH R. G. A importância na inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 16, 2011. Supl. 1.
28. JAIME, P. C. **Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu Ltda., 2019.
29. MENEZES, M. F. G.; MORGADO, C. M. C.; MALDONADO, L. A. **Diálogos e Práticas em Educação Alimentar e Nutricional**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2020.
30. RIGON, S. A.; SCHMIDT, S. T.; BOGUS, C. M. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, v. 32, n. 3, 2016.
31. ROS, D.C.; BRASIOLI, M.; GUILHERME, R.C. (org.) **Guia Alimentar para uma Alimentação Saudável em tempos de COVID-19**. Brasília: Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN, 2020. Disponível em: <https://www.asbran.org.br/storage/arquivos/guiaCOVID19.pdf>.
32. RUBIO, B.; PASQUIER, A. (ed.). **Inseguridad alimentaria y políticas de alivio a la pobreza**. Una visión multidisciplinaria. 1. ed. México: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. ISBN 9786073017992. Disponível em: <https://www.iis.unam.mx/inseguridad-alimentaria-y-politicas-de-alivio-a-la-pobreza-una-vision-multidisciplinaria/>.
33. TADDEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A.; VEGA, J. B. **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2017.

SAÚDE DA FAMÍLIA – ODONTOLOGIA

PROGRAMA

1. Avaliação de risco social e biológico para as doenças bucais.
2. COVID-19 e Odontologia.
3. Educação em Saúde Bucal.
4. Epidemiologia em Saúde Bucal.
5. Estratégias de intervenção nos agravos relacionados à Saúde Bucal.
6. Modelos Assistenciais em Odontologia e Política Nacional de Saúde Bucal.
7. Planejamento e programação em Saúde Bucal.
8. Princípios de cariologia.
9. Promoção da Saúde com ênfase em Saúde Bucal.
10. Redes de Atenção à Saúde e sua relação com a Saúde Bucal.
11. Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.
12. Uso de fluoretos em Saúde Bucal.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04, de 30 de janeiro de 2020** (atualizada em 08/05/2020). Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas/item/nota-tecnica>.
2. ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Fundamentos de Odontologia: Epidemiologia da Saúde Bucal**. 2. ed. São Paulo: Santos, 2013. 738 p.

3. ANTUNES, L. S.; SORAGGI, M. B. S.; ANTUNES, L. A. A.; CORVINO, M. P. F. Avaliação da percepção das crianças e conhecimento dos educadores frente à saúde bucal, dieta e higiene. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr.**, v. 6, n. 1, p. 79-85, jan./abr. 2006.
4. ARAÚJO, F. B. Promoção de saúde bucal em odontopediatria. *In*: KRIGER, L. (coord.). **Promoção de saúde bucal – Paradigma, Ciência e Humanização**. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2003, p. 287.
5. BARROSO, M. G. T.; VIEIRA, N. F. C.; VARELA, Z. M. V. Ensino de educação em saúde, interdisciplinaridade e políticas públicas. **RBPS**, v. 19, n. 3, p. 182-187, 2006.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **A saúde bucal no Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 350 p.: il. ISBN 978-85-334-2629-0. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude.pdf.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**. 1. ed.; 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 56 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 28, v. 1).
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção**. 1. ed.; 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 290 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 28, v. II).
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27).
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 68 p. (Série E. Legislação de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 4). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_4ed.pdf.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 17).
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33). ISBN 978-85-334-1970-4.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, n. 24).
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Coordenação-Geral de Saúde Bucal. **Nota Técnica nº 16/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS. COVID-19 e atendimento odontológico no SUS**. Brasília: CGSB, 2020. Disponível em: https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20200618_N_SEIMS-0014813177-NT16COVID19ATENDIMENTOODONTOLOGICONOSUS_6282583358739045095.pdf.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1198-7. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_promocao_saude.pdf.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 116 p.: il. ISBN 978-85-334-1987-2.
22. BUFFON, M. C. M. (org.). **Práticas Coletivas em Saúde Bucal**. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2012.
23. CARRER, F. C. de A. (org.). **SUS e Saúde Bucal no Brasil: por um futuro com motivos para sorrir**. São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP, 2019. 167 p.: il.
24. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (Brasil). **Recomendações AMIB/CFO para enfrentamento da COVID-19 na Odontologia**. 3. ed. CFO; AMIB, 07/06/2020.
25. CHAVES, S. C. L. (org.). **Política de saúde bucal no Brasil: teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2016, 376 p. ISBN 978-85-232-2029-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220297>.
26. FRANCO J. B.; CAMARGO A. R. de; PERES, M. P. S. de M. Cuidados Odontológicos na era do COVID-19: recomendações para procedimentos odontológicos e profissionais. **Rev Assoc Paul Cir Dent**, v. 74, n. 1, p. 18-21, 2020. Disponível em: <http://www.crosp.org.br/uploads/arquivo/8b9e5bd8d0d5fd9cf5f79f81e6cb0e56.pdf>.

27. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
28. KRIGER, L. **Promoção de saúde bucal**: paradigma, ciência, humanização. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
29. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Assistência à Saúde. **Linha guia de saúde bucal**. Curitiba: SESA, 2014.
30. PEREIRA, A. C. **Saúde Coletiva**: Métodos Preventivos para Doenças Bucais. Série Abeno. Porto Alegre: Artes Médicas. 2013. 128 p.
31. PINTO, V. G. **Saúde Bucal Coletiva**. 7. ed. São Paulo: Santos, 2019. 440 p.
32. TORRES-PEREIRA, C. C. *et al.* Abordagem do câncer da boca: uma estratégia para os níveis primário e secundário de atenção em saúde. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 30-39, 2012.

SAÚDE DA FAMÍLIA – TERAPIA OCUPACIONAL

PROGRAMA

1. Atenção Básica/Primária à Saúde.
2. Fundamentos históricos, filosóficos e epistemológicos da Terapia Ocupacional.
3. Instrumentos de Gestão. Plano Municipal de Saúde de Piraquara-PR: Programação de Saúde – PAS 2019.
4. Interprofissionalidade, trabalho em equipe e prática colaborativa.
5. Legislação, Ética e Deontologia em Terapia Ocupacional.
6. Método do Arco de Charles Maguerez: um método para problematização em Terapia Ocupacional.
7. Modelos de Terapia Ocupacional.
8. Pandemia COVID-19, Atenção Primária à Saúde e Terapia Ocupacional.
9. Práticas integrativas e complementares em Saúde: histórico, práticas integrativas e legislação.
10. Processo de Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

1. AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3. ed. Tradução: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui. Título original: Occupational therapy practice framework: Domain and process. 3th ed. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, 26, p. 1-49, jan./abr. 2015. Edição especial.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde (Casaps)**: Versão Profissionais de Saúde e Gestores – Completa. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/casaps_versao_profissionais_saude_gestores_completa.pdf.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010**. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html. Anexo disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/anexos/anexos_prt4279_30_12_2010.pdf.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Portaria nº 99, de 7 de fevereiro de 2020**. Redefine registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-99-de-7-de-fevereiro-de-2020-242574079>.
8. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). **Relatório da Família Ocupacional 2239 - Terapeutas Ocupacionais, Ortoptistas e Psicomotricistas**. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. [Passo 1: realizar a busca por “terapeuta ocupacional”. Passo 2: no item “Resultados de títulos encontrados”, clicar no hiperlink “terapeuta ocupacional”. Passo 3: na coluna “Buscas”, à esquerda, clicar em “Relatório da Família”. Passo 4: consultar os dados na própria página ou exportando o arquivo Pdf.]
9. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). **Relatório Tabela de Atividades da Família Ocupacional 2239 - Terapeuta Ocupacional, Ortoptista e Psicomotricista**. <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. [Passo 1: realizar a busca por “terapeuta ocupacional”. Passo 2: no item “Resultados de títulos encontrados”, clicar no hiperlink “terapeuta ocupacional”. Passo 3: na coluna “Buscas”, à esquerda, clicar em “Relatório Tabela de Atividades”. Passo 4: selecionar todas as opções e clicar em “Gerar Tabela de Atividades”. Passo 5: abrir o arquivo Pdf gerado.

10. CABRAL, L. R. da S.; BREGALDA, M. M. A atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 179-189, 2017. Disponível em: <http://www.cadernos-deterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1466/831>.
11. CASANOVA, I. A.; BATISTA, N. A.; MORENO, L. R. A Educação Interprofissional e a prática compartilhada em programas de residência multiprofissional em Saúde. **Interface, Comunicação, saúde e educação**, Botucatu, v. 22, p. 1325-337, jul. 2018. Supl. 1. DOI: 10.1590/1807-57622017.0186. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0186>.
12. CECCIM, R. B. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. **Interface, Comunicação, saúde e educação**, Botucatu, v. 22, p. 1739-1749, 2018. Supl. 2. DOI: 10.1590/1807-57622018.0477. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622018.0477>.
13. COLOMBO, A. A.; BERBEL, N. A. A Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_390_ametodologiadaproblematizacaocomoarcodemaguerez.pdf.
14. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO)**. Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO, 2007. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404.
15. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 407, de 18 de agosto de 2011**. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências. Brasília, DF: COFFITO, 2011. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>.
16. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 415 de 19 de maio de 2012**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo terapeuta ocupacional, da guarda e do seu descarte e dá outras providências. Brasília, DF: COFFITO, 2012. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3178>.
17. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 425, de 08 de julho de 2013**. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Brasília, DF: COFFITO, 2013. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3188>.
18. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 445, de 26 de abril de 2014**. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. Brasília, DF: COFFITO, 2013. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>.
19. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 516, de 20 de março de 2020**. Dispõe sobre a suspensão temporária do Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 424/2013 e Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 425/2013 e estabelece outras providências durante o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19. Brasília, DF: COFFITO, 2020. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=158255>.
20. COSTA, M. V. A educação interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro. In: SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. (org.). **Nova formação em saúde pública: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola**. Volume 2. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, ENSP, RedEscola, 2019. p. 45-61. Disponível em: <http://redescola.ensp.fiocruz.br/livro-nova-formacao-em-saude-publica-aprendizado-coletivo-e-licoes-compartilhadas-na-redescola>.
21. CREPEAU, E. B.; COHN, E. S.; SCHELL, B. A. B. **Willard & Spackman** – Terapia Ocupacional. 11. ed. Tradução: Francisco Dieb Paulo *et al.* Revisão Técnica: Eliane Ferreira. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. cap.32, 36, 43 e 45.
22. FALCÃO, I. V.; JUCÁ, A. L.; VIEIRA, S. G.; ALVES, C. K. A. A terapia ocupacional na atenção primária a saúde reinventando ações no cotidiano frente as alterações provocadas pelo COVID-19. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 333-350, 2020. Supl. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/34454>.
23. HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. cap. 2, 4, 15, 23, 24, 25, 26 e 27.
24. PIRAQUARA (PR). Secretaria Municipal de Saúde. Instrumentos de Gestão. Plano Municipal de Saúde. **Programação de Saúde - PAS 2019**. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/saude/Instrumentos-de-Gestao-107-11955.shtml>.
25. SILVA D. B. Terapia Ocupacional, cotidiano e pandemia COVID-19: inquietações acerca do ocupar o tempo-espaço. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 529-553. 2020. Supl. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/34489>.
26. SILVA, D. B. da. **A Terapia Ocupacional no Brasil na perspectiva sociológica**. (Tese de Doutorado em Sociologia). Orientador: José Miguel Rasia. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2017. cap. 4 e 5. Disponível em: <https://acervodigital.ufrpr.br/handle/1884/52791>.
27. WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPIST – WFOT. Declaração de Posição Telessaúde. Tradução: Katia Mari Omura e Gonçalo Carreiro. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro, suplemento, v. 4, n. 3, p. 416-421, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/34165>.

PROFISSIONAL DA SAÚDE – CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAIS

PROGRAMA

1. Anatomia cirúrgica de cabeça e pescoço.
2. Anatomia de cabeça e pescoço.
3. Anestesiologia.
4. Cirurgia bucomaxilofacial: métodos e técnicas de biópsias; cirurgias reparadoras; cirurgias de dentes inclusos; cistos e tumores odontogênicos; reconstruções dos rebordos alveolares; seio maxilar e articulação temporomandibular.
5. Cirurgias ortognáticas.
6. Emergências médicas em Odontologia.
7. Noções de implantodontia e enxertias.
8. Patologias.
9. Propedêutica cirúrgica: pré-operatório, transoperatório e pós-operatório.
10. Radiologia: exames intrabucais; exames extrabucais e métodos alternativos de avaliação do complexo bucomaxilofacial.
11. Terapêutica aplicada.
12. Traumatologia bucomaxilofacial: princípios gerais e urgências em traumatologia bucomaxilofacial; traumatismos alvéolo-dentários; fraturas de mandíbula; fraturas do complexo zigomático orbitário; fraturas do terço médio da face; traumatismo craniano; fraturas do nariz; fraturas naso-etmoide-orbitárias.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, E. D. **Terapêutica medicamentosa em Odontologia**. 3 ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
2. ANDREASSEN, J. O.; ANDREASSEN, F. S. **Textbook and Color Atlas of Traumatic Injuries to the Teeth**. 3th ed. Copenhagen: Mosby, 1994.
3. ARNETT, W. G.; MCLAUGHLIN, R. P. **Planejamento facial e dentário para ortodontistas e cirurgiões bucomaxilofaciais**. São Paulo: Artes Médicas, 2004.
4. BAGHERI, S. C.; BELL, R. B.; KHAN, H. A. **Terapias atuais em cirurgia bucomaxilofacial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
5. DRAKE, R. L.; VOGL, A. W.; MITCHEL, A. W. M. **GRAY'S Anatomia para estudantes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
6. ELLIS III E.; ZIDE M. F. **Acesso cirúrgico ao esqueleto facial**. 2. ed. Ed. Santos, 2006.
7. EPK. ER, B. N.; STELLA, J.P.; FISH, L.C. **Dentofacial deformities-integrated orthodontic and surgical correction**. 2th ed. Saint Louis: Mosby. vol. 1, 1995. vol. 2, 1996. vol. 3, 1998. vol.4, 1999.
8. FONSECA, R, J. *et al.* **Trauma Bucomaxilofacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
9. GIL, J. N.; CLAUS J. **Estética Facial: A Cirurgia Ortognática Passo a Passo para Ortodontistas e Cirurgiões**. São Paulo: Editora Santos, 2009.
10. HAMMER, B. **Fraturas orbitárias**. São Paulo: Editora Santos, 2005.
11. HUPP, J. R. *et al.* **Cirurgia Oral e Maxillofacial Contemporânea**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
12. MALAMED, S. F. **Manual de anestesia local**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
13. MALAMED, S. F. **Emergências Médicas em Odontologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2016
14. McMINN, R. M. H.; HUTCHINGS, R. T.; LOGAN, B. M. **Atlas Colorido de Anatomia da Cabeça e Pescoço**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1998.
15. MAZZONETTO, R.; DUQUE NETO, H.; NASCIMENTO, F. F. **Enxertos ósseos em implantodontia**. Nova Odessa: Editora Napoleão, 2012.
16. MEDEIROS, P. J.; MEDEIROS, P. P. **Cirurgia Ortognática para o Ortodontista**. 2. ed. São Paulo: Editora Santos, 2004.
17. MILORO, M. *et al.* **Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson**. 3. ed. Editora Santos, 2016.
18. NEVILLE, B. W.; DAAMM, D. D.; ALLEN, C. M. A; BOUQUOT, J. E. **Patologia Oral & Maxilofacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
19. PREIN, J. **Manual of Internal Fixation in the Cranio-Facial Skeleton**. Berlin: Springer, 1998.
20. PROFFIT. W. R.; WHITE JR, R. P.; SARVER, D. M. **Tratamento Contemporâneo de deformidades dentofaciais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.
21. WILLIAMSON, M. A.; SNYDER, L. M. **Wallach** - Interpretação de exames laboratoriais. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

PROFISSIONAL DA SAÚDE – MEDICINA VETERINÁRIA (CAMPUS CURITIBA)

CONHECIMENTOS GERAIS

PROGRAMA

1. Emergências em zoonoses, doenças infecciosas e parasitárias.
2. Estratégia Saúde da Família.
3. Políticas Públicas com interface com a medicina veterinária (interação humano, animal e meio ambiente).
4. Sistema Único de Saúde (SUS).
5. Vigilâncias em Saúde.

REFERÊNCIAS

1. ACHA, P. N.; SZYFRES. B. **Zoonosis y enfermedades Comunes al Hombre y a los Animales**. 3. ed. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud, 2003.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução da diretoria colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União. DOU nº 61, de 29 de março de 2018. Brasília: ANVISA, 2018. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410.
3. AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **One Health: a new professional imperative**. 2008. Disponível em: https://www.avma.org/sites/default/files/resources/onehealth_final.pdf.
4. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
5. BRASIL. **Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968**. Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5517.htm.
6. BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
7. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm.
8. BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm.
9. BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a política nacional de resíduos sólidos. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde (Funasa), 2015. 642 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS de A a Z: Garantindo saúde nos municípios**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 480 p.: il. color. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27). ISBN 978-85-334-1697-0.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia Política Nacional de Atenção Básica: Módulo 1 - Integração Atenção Básica e Vigilância Em Saúde**. Brasília, 2018. 68 p. ISBN

978-85-334-2653-5. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_politica_nacional_atencao_basica_integracao_atencao_basica_vigilancia_saude_modulo_1.pdf.

19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Nota Técnica nº 3/2020-DESF/SAPS/MS**. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil. Brasília: DESF, 2020. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/NT_NASF-AB_Previne_Brasil.pdf.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde**: volume único. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 740 p.: il. ISBN 978-85-334-2706-8. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf.
21. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas Regulamentadoras nº 1, 2, 5, 6, 7, 9, 11, 15, 17, 21, 23, 24, 26, 31, 32, 33 e 36. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>.
22. CAMPOS, G. W. S.; CARVALHO, Y. M.; MINAYO, C. S.; AKERMAN, M.; DRUMOND Junior, M. Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. Ed. Hucitec, 2012.
23. CORONAVIRUS DISEASE 2019. **Centers for Disease Control and Prevention**. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/index.html>.
24. COVID-19. **OIE - World Organisation for Animal Health**. Disponível em: www.oie.int.
25. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: FUNASA, 2002. 42 p.
26. ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. **Saúde Pública**: Bases conceituais. 1. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para todos os candidatos ao Programa de Residência em Medicina Veterinária, independentemente da área, as questões de Conhecimentos Específicos serão comuns e abrangerão todas as áreas.

ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA

PROGRAMA

Avaliação do paciente e medicação pré-anestésica; anestesia geral intravenosa e inalatória e anestesia local; equipamentos, farmacologia e técnicas; monitoração anestésica, cuidados perioperatórios do paciente criticamente enfermo; reanimação cardiopulmonar; dor e analgesia.

REFERÊNCIAS

1. DROBATZ, K. J.; HOPPER, K.; ROZANSKI, E.; SILVERSTEIN, D. C. **Textbook of small animal emergency medicine**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2019.
2. FANTONI, D. T.; CORTOPASSI, S. R. G. **Anestesia em Cães e Gatos**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2010.
3. GRIMM, K. A.; LAMONT, L. A.; TRANQUILLI, W. J.; GREENE, S. A.; ROBERTSON, S. A. (ed.). **Lumb & Jones – Veterinary Anesthesia and Analgesia**. 5th ed. Iowa: Wiley Blackwell, 2015.
4. MUIR, W. W.; HUBELL, J. A. E. **Equine Anesthesia**: Monitoring and Emergency Therapy. Saint Louis: Mosby Elsevier, 2009.

CLÍNICA CIRÚRGICA DE PEQUENOS ANIMAIS

PROGRAMA

Profilaxia da infecção cirúrgica; técnicas cirúrgicas básicas, fios, suturas, bandagens, drenos, cirurgias de pele e manejo de feridas; cirurgias dos aparelhos auditivo e digestório, do sistema gênito urinário, do trato respiratório, do sistema reprodutivo; choque e sepse; cirurgia em fígado e sistema biliar extra-hepático; hérnias; peritonite; análise e classificação das fraturas; pinos intramedulares, cerclagens e bandas de tensão; fixadores externos lineares, placas e parafusos, hastes bloqueadas; principais vias de acesso aos ossos e articulações.

REFERÊNCIAS

1. FOSSUM, T. W. **Small Animal Surgery**. 4th ed. Missouri: Mosby Elsevier, 2013.
2. JOHNSON, A. I.; HOULTON, J. E. F.; VANNINI, R. A. O. **Principles of fracture management in the dog and cat**. Thieme, 2006.
3. LACERDA, A. **Técnicas Cirúrgicas em Pequenos Animais**. 2. ed. Saint Louis: Elsevier, 2018.
4. NELSON, R. W.; COUTO, G. C. **Small Animal Internal Medicine**. 5th ed. Saint Louis: Elsevier, 2014.
5. PIERMATTEI, D. L.; FLO, G. B. **Piermattei, and Flo's – Handbook of Small Animal Orthopedics and Fracture Repair**. 4th ed. Saunders Elsevier, 2006.
6. SLATTER, D. **Manual de Cirurgia de Pequenos Animais**. 2 Vols. 3. ed. São Paulo: Manole, 2007.
7. TOBIAS, K. M.; JOHNSTON, S. A. **Veterinary Surgery Small Animal**. Missouri: Saunders Elsevier, 2012.
8. WILLIAMS, J. M.; NILES, J. D. **BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos**. São Paulo: Medvet, 2014.

CLÍNICA MÉDICA DE PEQUENOS ANIMAIS

PROGRAMA

Afecções da pele e anexos, do sistema endócrino, do sistema gastrointestinal, do aparelho urinário, do sistema respiratório, do sistema cardiovascular e do sistema nervoso em pequenos animais; doenças infecciosas e parasitárias de interesse na clínica de pequenos animais.

REFERÊNCIAS

1. BONAGURA, J. D.; TWEDT, D. C. **Kirk's Current Veterinary Therapy XV**. 15th ed. Philadelphia: Saunders, 2014.
2. ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. **Textbook of Veterinary Internal Medicine**. 7th ed. Philadelphia: Saunders; 2010.
3. GREENE, C. E. **Infectious diseases of the dog and cat**. 4th ed. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.
4. JERICÓ, M. M.; ANDRADE NETO, J. P.; KOGIKA, M. M. **Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos**. Rio de Janeiro: Roca, 2015.
5. LITTLE, S. **O Gato - Medicina Interna**. São Paulo: Roca, 2016. 1332 p.
6. NELSON, R. W.; COUTO, G. C. **Small Animal Internal Medicine**. 5th ed. Saint Louis: Elsevier, 2014.
7. TILLEY, L. P.; SMITH, F. W. K.; OYAMA, M. A.; SLEEPER, M. M. **Manual of Canine and Feline Cardiology**. 5th ed. Philadelphia: Saunders, 2015.

CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS SELVAGENS

PROGRAMA

Medicina de mamíferos selvagens, de aves selvagens, de répteis e de animais de estimação não convencionais; fisiopatologia do estresse; contenção mecânica, farmacologia e manejo de animais selvagens; doenças infecciosas, parasitárias e zoonoses em animais selvagens e não convencionais; medicina da conservação.

REFERÊNCIA

1. CUBAS, Z. S.; SILVA, J. C. R.; CATÃO-DIAS, J. L. **Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2014.

CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE GRANDES ANIMAIS

PROGRAMA

Choque; manejo de feridas; distrofias e paratopias cirúrgicas; doenças clínicocirúrgicas dos aparelhos locomotor, respiratório, digestório e geniturinário; doenças metabólicas e carenciais, doenças da glândula mamária e do sistema tegumentar.

REFERÊNCIAS

1. AUER, J. A.; STICK, J. A. **Equine Surgery**. 4th ed. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012.
2. BAXTER, G. M. (ed.). **Adams and Stashak's Lameness in Horses**. 7th ed. Wiley, 2020.
3. FUBINI, S. L.; LAWSON, S. **Farm Animal Surgery**. Saint Louis: Saunders, 2004.
4. RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHCLIFF, K. W. **Clínica Veterinária – um tratado de doenças de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
5. REED, S. M. **Equine Internal Medicine**. 4th ed. Saint Louis: Elsevier, 2018.
6. RIET-CORREA, F. *et al.* **Doenças dos ruminantes e equídeos**. 3 ed. Vol. 2. São Paulo: Editora Palloti, 2007.
7. SMITH, B. P. **Medicina Interna de Grandes Animais**. 3. ed. São Paulo: Manole Biomedicina, 2006.

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

PROGRAMA

Princípios de interpretação radiográfica (analógica e digital) e ultrassonográfica, principais artefatos; princípios de interpretação radiográfica óssea e articular em equinos, cães e gatos; radiologia e ultrassonografia dos sistemas digestório, cardiovascular, respiratório e urinário; doença do disco intervertebral e diagnóstico da gestação de cães e gatos.

REFERÊNCIAS

1. CARVALHO, C. F. **Ultrassonografia em Pequenos Animais**. 2. ed. São Paulo: Gen Roca, 2014.
2. PENNING, D. P.; D'ANJOU, M. A. **Atlas de ultrassonografia de pequenos animais**. São Paulo: Guanabara Koogan 2011.
3. THRALL, D. E. (ed.) **Diagnóstico de Radiologia Veterinária**. 6. ed. Tradução: Aldacilene Souza da Silva, *et al.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
4. THRALL, D. E. **Diagnóstico de radiologia veterinária**. 7. ed. Tradução: Aline Santana da Hora, Felipe Gazza Romão, Renata Scavone de Oliveira. Rio de Janeiro, Elsevier, 2019. Título original: Textbook of Veterinary Diagnostic Radiology.

MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

PROGRAMA

Saúde coletiva; medicina de abrigos; medicina veterinária forense.

REFERÊNCIAS

1. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (Brasil). **Resolução nº 756, de 17 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Registro de Título de Especialista em áreas da Medicina Veterinária, no âmbito dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. Brasília: CFMV, 2003. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/lei/index/id/862>.
2. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (Brasil). **Resolução nº 1.138, de 16 de dezembro de 2016**. Aprova o Código de Ética do Médico Veterinário. Brasília: CFMV, 2016. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/lei/index/id/508>.
3. GARCIA, R.; CALDERÓN, N.; BRANDESPIN, D. **Medicina Veterinária do Coletivo: Fundamentos e Práticas**. São Paulo: Editora Integrativa, 2019.
4. INTERNATIONAL COMPANION ANIMAL MANAGEMENT (ICAM). **Guia de controle humanitário da população canina**. 2007. 24p. Disponível em: <https://www.icam-coalition.org/wp-content/uploads/2017/03/Humane-Dog-Population-Management-Guidance-Portuguese.pdf>.
5. MILLER, L.; ZAWISTOWSKI, S. **Shelter Medicine for Veterinarians and staff**. 2. ed. Iowa: Wiley-Blackwell, 2013.
6. NEWBURY, S. *et al.* Guidelines for Standards of Care in Animal Shelters. **Association of Shelter Veterinarians**, 2010. Disponível em: <http://www.sheltervet.org/assets/docs/shelter-standards-oct2011-wforward.pdf>.
7. TOSTES, R. A.; REIS, S. T. J.; CASTILHO, V. V. **Tratado de Medicina Veterinária Legal**. 1.ed. Curitiba: Medvet, 2017. 400p.
8. WEISS, E.; MOHAN-GIBBONS, H.; ZAWISTOWSKI, S. **Animal Behavior for Shelter Veterinarians and Staff**. 1. ed. Wiley, 2015. 385p.
9. WILLIAMS, J. M.; NILES, J. D. **BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos**. São Paulo: Medvet, 2014.

ODONTOLOGIA VETERINÁRIA

PROGRAMA

Anatomia e fisiologia oral veterinária (cão, gato, roedores e lagomorfos); doenças orais; periodontia; exodontia; endodontia; radiologia odontológica.

REFERÊNCIAS

1. GORRELL, C. **Odontologia em Pequenos Animais**. São Paulo: Saunders Elsevier, 2010.
2. HOLMSTROM, S. E.; FITCH, P. F.; EISNER, E. R. **Veterinary dental techniques for the small animal practitioner**. 3th ed. Philadelphia: Saunders, 1998.
3. WIGGS, R. B.; LOBPRISE, H. B. **Veterinary Dentistry – Principles & Practice**. Philadelphia: Lippincott – Raven, 1997.

OFTALMOLOGIA VETERINÁRIA

PROGRAMA

Ciência clínica básica da oftalmologia – anatomia, embriologia; procedimentos de diagnóstico oftálmico; terapêutica oftálmica medicamentosa; cirurgia oftálmica; principais doenças das estruturas dos anexos oculares, bulbo ocular, via nervosa da visão e órbita; perdas de visão.

REFERÊNCIAS

1. PEIFFER, R, PETERSEN-JONES, S. **Small animal ophthalmology**. A problem-oriented approach. 4th ed. Philadelphia: Saunders Elsevier, 2009.
2. TURNER, S. M. **Oftalmologia em pequenos animais – Série Clínica Veterinária na Prática**. São Paulo: Saunders Elsevier, 2010.

ONCOLOGIA VETERINÁRIA

PROGRAMA

Epidemiologia, etiologia e biologia do câncer; estadiamento de diagnóstico clínico; cirurgia oncológica; quimioterapia anti-neoplásica; neoplasias de pele, mamárias, das cavidades oral e nasal, do sistema reprodutivo e urinário, ósseas e perianais; linfoma.

REFERÊNCIAS

1. DALECK, C. R.; DE NARDI, A. B. **Oncologia em Cães e Gatos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Roca, 2016.
2. KUDNIN, S. T.; SEGUIN, B. **Veterinary Surgical Oncology**. Iowa: Wiley Blackwell, 2012.
3. WITHROW, S.; VAIL, D.; PAGE, R. **Withrow & MacEwen's - Small Animal Clinical Oncology**. 5th ed. Missouri: Saunders Elsevier, 2012.

ORNITOPATOLOGIA

PROGRAMA

Fisiologia do sistema respiratório e digestório das aves; salmoneloses aviárias; influenza aviária; doença de Newcastle; micotoxicoses em aves; Plano Nacional de Sanidade Avícola-MAPA; biossegurança em avicultura.

REFERÊNCIAS

1. MACARI, M.; MENDES, A. A.; MENTEN, J. F.; NAAS, I. A. **Produção de frangos de corte**. 2. ed. São Paulo: Facta, 2014.
2. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Programa Nacional de sanidade avícola. *In*: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de legislação - Programas nacionais de saúde animal do Brasil. Dados para referência de Ornito. Manual técnico**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria da Defesa Agropecuária; Departamento de saúde animal, 2009.
3. SWAYNE, D. **Diseases of poultry**. 13th ed. Ames Iowa: Wiley-Blackwell, 2013.
4. SWENSON, M. J.; REECE, W. O. (ed.). **Dukes, fisiologia dos animais domésticos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA E PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA – ÁREA DE ATUAÇÃO EM BIOLOGIA MOLECULAR

PROGRAMA

Coleta, manuseio e processamento das amostras biológicas; interpretação do hemograma de mamíferos; urinálise – interpretação; perfil bioquímico renal e hepático, indicações e interpretação; proteinograma; bilirrubina, causas de icterícia; avaliação das enzimas musculares; exame dos líquidos cavitários; coagulograma indicações e interpretação; interpretação de testes sorológicos (ELISA, RIFI); reação em cadeia da polimerase.

REFERÊNCIAS

PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA:

1. KANEKO, J. J.; HARVEY, J. W.; BRUSS, M. L. **Clinical biochemistry of domestic animals**. 6th ed. Burlington: Academic Press Elsevier, 2008.
2. LATIMER, K. S. **Duncan & Prasse's – Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology**. 5th ed. Ames Iowa: Wiley Blackwell, 2011.
3. STOCKHAM, S. L.; SCOTT, M. A. **Fundamentos de patologia clínica veterinária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. THRALL, M. A. **Hematologia e bioquímica clínica veterinária**. São Paulo: Roca, 2007.
5. WEISS, D. K.; WARDROP, J. **Schalm's Veterinary Hematology**. 6th ed. Ames Iowa: Wiley-Blackwell, 2010.

PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA – ÁREA DE ATUAÇÃO EM BIOLOGIA MOLECULAR:

1. ALBERTS, B. **Fundamentos da Biologia Celular**. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
2. DE ROBERTIS, Eduardo D. P. **Bases da biologia celular e molecular**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2001. 418 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 8527706458.
3. GREENE, C. E. **Infectious diseases of the dog and cat**. 4th ed. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354 p.
4. KANEKO, J. J.; HARVEY, J. W.; BRUSS, M. L. **Clinical biochemistry of domestic animals**. 6th ed. Burlington: Academic Press-Elsevier, 2008.
5. LATIMER, K. S. **Duncan & Prasse's – Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology**. 5th ed. Ames Iowa: Wiley Blackwell, 2011.
6. STOCKHAM, S. L.; SCOTT, M. A. **Fundamentos de patologia clínica veterinária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
7. THRALL, M. A. **Hematologia e bioquímica clínica veterinária**. São Paulo: Roca, 2007.
8. TIZARD, I. **Imunologia veterinária**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier, 2014.
9. WEISS, D. K.; WARDROP, J. **Schalm's Veterinary Hematology**. 6th ed. Ames Iowa: Wiley-Blackwell, 2010.

PATOLOGIA VETERINÁRIA

PROGRAMA

Alterações degenerativas e necróticas; distúrbios da pigmentação; distúrbios circulatórios; distúrbios inflamatórios; processos reparativos; distúrbios do crescimento celular; sistemas respiratório, digestório, renal, cardiovascular, reprodutor, nervoso e músculo-esquelético; fígado e ductos biliares.

REFERÊNCIAS

1. JONES, T. C.; HUNT, R. D.; KING, N. W. **Patologia veterinária**. 6. ed. São Paulo: Manole, 2000.
2. JUBB, K. V. F.; KENNEDY, P. C.; PALMER, N. C. **Pathology of domestic animals**. 5th ed. Philadelphia: Saunders Elsevier, 2007.
3. SLAUSON, D. O.; COOPER, B. J. **Mechanisms of disease - A textbook of comparative general pathology**. 3th ed. Saint Louis: Mosby, 2002.
4. ZACHARY, J. F.; MCGAVIN, M. D. **Bases da patologia veterinária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier, 2013.